



ISSN: 2595-5713

Vol. 01 | Nº. 02 | Ano 2018

Paulo Alves Junior

BRASIL E ÁFRICA: OUTROS HORIZONTES – A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE, O CASO DE ANGOLA

Brazil and Africa: other horizons – the independent foreign policy and the case of Angola

Resumo: Com a instalação da Política Externa Independente durante o governo de Jânio Quadros, foi discutido qual deveria ser a posição do Brasil com relação ao processo de descolonização dos países africanos. O intelectual carioca José Honório Rodrigues defende aproximação com os países africanos, em detrimento do Estado Salazarista, nesse sentido sinaliza a histórica aproximação com Angola para defender seus argumentos, escorados ideologicamente no nacionalismo-liberal.

Palavras chave: Política Externa; Nacionalismo; Angola.

Abstract: With the establishment of independent foreign policy during the government of Janio Quadros, it was discussed what would be the position of Brazil in relation of the process of decolonization in the African countries. The carioca intellectual José Honório Rodrigues, defends the approach with the African countries, to the detriment of the Salazarist State, in this sense signals the historical approach with Angola to defend its arguments, ideologically escaped in liberal nationalism.

Keyword: Foreign Policy; Nationalism; Angola

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano

ivaldomarciano@gmail.com

BRASIL E ÁFRICA: OUTROS HORIZONTES – A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE, O CASO DE ANGOLA

Paulo Alves Júnior¹

Com a destituição do governo da presidente Dilma Rousseff², a política externa brasileira que vinha sendo levada a pedra de toque no diálogo com os países que compunham o denominado SUL-SUL, sofre inflexão para uma política externa de característica SUL-NORTE.³ Tal mudança rompe, não só com uma prática recorrente nos governos petistas, mas também com o histórico de alinhamento que versa sobre a possibilidade de criação de uma política externa independente para o país. Nesse item, José Honório Rodrigues⁴, com sua militância intelectual arguta, ao longo da década de 1960 mostrava a histórica aproximação entre o Brasil e os países africanos. Essa ruptura, que aborta a possibilidade de uma política externa austera, voltada para os legítimos interesses nacionais, não é ação pontual, trata-se de estratégia recorrente, exemplo foi a ruptura da Política Externa Independente (PEI), instituída pelo governo Jânio da Silva Quadros⁵, quando da ascensão da junta militar que depôs o presidente João Goulart na noite do dia 31 de março. A política externa independente que vinha sendo adotada fora substituída por práticas alinhadas aos Estados Unidos que, ao entendimento da chancelaria militar, propiciaria ao Brasil maior destaque econômico internacional.

Esse artigo pretende recuperar a defesa que o historiador carioca José Honório Rodrigues fez da PEI, principalmente no que diz respeito a aproximação do Brasil com os países africanos. Para o autor em questão existem laços históricos e fundamentais que nos unem àquele continente, e que necessitam ser mantidos e respeitados. Esse entendimento levou a verve honoriana ao posicionamento de defesa da emancipação política e no posicionamento firme e de crítica que o Estado brasileiro deveria assumir com relação aos países colonizadores, principalmente Portugal.

¹ Professor de História Contemporânea da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-brasileira (UNILAB / Campus Malês),

² A presidente Dilma Rousseff foi destituída do cargo no dia 31 de agosto de 2016.

³ “Em relação à África, o governo Dilma Rousseff deu uma significativa ênfase à cooperação na área de Defesa. Enquanto no governo Lula apenas cerca de 1% dos projetos de cooperação estabelecido foram nesta área, no governo Dilma esta proporção saltou de 16%” (OLIVEIRA, 2015, p. 41).

⁴ O intelectual carioca José Honório Rodrigues foi nosso tema de pesquisa quando da obtenção de título de doutor em sociologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP (Campus Araraquara/SP). Formado em direito pela antiga Universidade do Brasil, na década de 1930 vai para os Estados Unidos e tem contato com cadeiras de História na Universidade. Para maiores detalhes da produção intelectual honoriana, e sua produção no que diz respeito a defesa da Política Externa Independente dos anos 1960, as obras seminais a respeito são “Brasil e África: outros horizontes” (1961) e “Interesse nacional e política externa” (1966). (ALVES JÚNIOR, 2010).

⁵ Jânio da Silva Quadros (1917-1992), foi eleito presidente da República no pleito de 1960 e governou o Brasil entre 31/01/1961 a 25/08/1961, quando evocando “forças ocultas” renunciou ao cargo.

José Honório Rodrigues nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1916. No início da década de 1930 entra para a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Completa sua formação em Direito no ano de 1937. Assistiu de perto as repercussões do movimento de 1935, o que o apartou do marxismo e não o fez ter nenhuma simpatia pelo integralismo. Outro fator determinante no ano de 37 foi o prêmio da Academia Brasileira de Letras (ABL), pela pesquisa “Civilização holandesa no Brasil” – em parceria com Joaquim Ribeiro – o livro sai editado dois anos depois. Durante os anos de 1943 e 1944 recebe uma bolsa da Fundação Rockefeller, e ali trava contato com, segundo sua avaliação, sua real aptidão a pesquisa histórica. De volta ao Brasil, elaborou os Índices anotados das Revistas do Instituto Histórico Geográfico do Ceará e outros sobre método e pesquisa histórica, destacando-se o seminal “Teoria da História do Brasil” (1978).

A política externa aparece como tema no conjunto da sua obra a partir dos anos 1950⁶, quando próximo aos intelectuais que embasaram teoricamente o nacional-desenvolvimentismo daquela década.⁷ Cabe lembrar que durante a curta gestão de Jânio Quadros (sete meses incompletos entre janeiro e agosto de 1961), as relações internacionais do Brasil sofreram uma alteração importante com a formulação da Política Externa Independente – que adotaremos a partir de agora como PEI. Esta não representava uma inovação completa, pois como afirma Vizentini:

Na medida em que estruturava como continuidade e aprofundamento da barganha nacionalista de Juscelino Kubitschek, e da política externa dirigida para apoiar o desenvolvimento industrial. No entanto, a Política Externa Independente era explicada num conjunto de princípios articulados, extrapolava o âmbito regional e abria perspectivas mundiais, ultrapassava as vacilações anteriores e dava à política externa um perfil e um lugar de destaque na vida nacional (VIZENTINI, 1995, p. 177).

Dessa forma podemos tomar a PEI como uma resposta da diplomacia brasileira às aceleradas transformações internacionais, em particular o surgimento de novos atores e a modificação do caráter de outros, cujas necessidades e anseios os posicionavam fora da política dos centros dominantes. Sobre esta questão, Vizentini explica que:

A orientação diplomática da Política externa independente respondia à atitude dos Estados Unidos com relação à América Latina até a Revolução Cubana, percebida como um “descaso” caracterizado pela ausência de investimentos públicos norte-americanos para a área de infraestrutura e de bens de capital. O “descaso” transformava-se em forte pressão política e econômica quando as nações latino-americanas tomavam qualquer atitude visando modificar, ainda que parcialmente, as relações de dependência, para lograr o desenvolvimento nacional (...) Igualmente importante foi a adaptação da

⁶ O posicionamento de José Honório Rodrigues é fruto direto da sua participação junto a outros como Antonio Calado, Alceu Amoroso Lima, Hermano Alves etc. Na revista criada por Ênio da Silveira, editor de grande importância nos anos de 1950 e 60, da Revista de Política Externa Independente, sendo o historiador carioca editor de alguns números (MELLO; RODRIGUES, 1994, p.172).

⁷ Intelectuais que estavam inseridos institucionalmente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), tais como Cândido Mendes, Hélio Jaguaribe, Roland Corvisier, Guerreiro Ramos, San Tiago Dantas etc. (TOLEDO, 1977, p.73).

política exterior brasileira às transformações do sistema internacional em fins dos anos 50 e início dos anos 60, tais como: a recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão, a descolonização da África (que ao tornar-se independente pedia vantagens tarifárias); a consolidação do campo socialista, em especial a emergência da União Soviética à condição de potência mundial; o surgimento do Movimento dos Países Não Alinhados, decorrentes da emergência do Terceiro Mundo no cenário mundial e a Revolução Cubana (VIZENTINI, 2008, p. 28).

Com o golpe civil militar de 1964, a práxis de José Honório Rodrigues⁸ tornou-se permeada pela discussão acerca da política externa brasileira. Esse engajamento segue os pressupostos do seu entendimento do desenvolvimentismo, que ele definia como nacionalismo liberal. Esse cenário levou a Ênio da Silveira – importante editor brasileiro –, responsável pela “Revista Civilização Brasileira” a organizar a Revista de Política Externa Independente⁹, convidando para compor o corpo editorial figuras de destaque no campo progressista identificados com o nacionalismo e o não alinhamento aos EUA.

Os temas centrais da Revista de PEI visavam identificar qual deveria ser a política externa adotada pelo Estado brasileiro, a fim de procurar superar à histórica dependência do capital norte-americano, no sentido de alcançar a tão propalada autonomia internacional. A proposta, ao entendimento de Honório, apontava para a necessária aproximação com os países africanos e com aqueles que compunham o bloco socialista.

Esse tema aparece em duas obras: “Interesse nacional e política externa” (1966) e “África e Brasil: outro horizonte” (1961). Em ambos o autor discute o papel histórico do Brasil no que diz respeito as relações com os países do continente africano.

A análise honoriana que aqui recorremos buscava, contra o regime civil militar, um enfrentamento austero e contundente. Logo na apresentação de “Interesse nacional e política externa independente”, o autor posiciona-se contrário ao espírito conservador e preso às tradições mais arcaicas que imperavam naquela ocasião. Colocar os legítimos interesses da maioria da população à frente de qualquer interesse dos representantes do “Brasil arcaico” é a meta que deve ser defendida pelos que desejam, de fato, lutar “por um futuro melhor” (RODRIGUES, 1961, p.3). A defesa que faz da atuação dos intelectuais, devido à condição de subserviência identificada em setores da elite, é a de esclarecer o povo sobre o sentido e a significação da política externa para o desenvolvimento nacional. A preocupação com a situação, em que o povo

⁸ Nossa análise da obra de José Honório Rodrigues, tem como pressuposto que se trata de um intelectual que tomava a sua produção vinculada diretamente com os rumos da sociedade civil. Seu engajamento remete, diretamente, a tudo aquilo que estava permeado na história do Brasil. O próprio José Honório remetia a Benedetto Croce (2007) e sua assertiva a respeito: “...história é sempre história contemporânea”, pois são os vivos que fazem a história e não os mortos.

⁹ A respeito da Revista de Política Externa Independente: “Embora ela tenha atraído fortemente a atenção de políticos, pesquisadores e diplomatas brasileiros engajados numa postura progressista e não alinhada com os Estados Unidos, ela teve vida muito breve: três densos números entre maio de 1965 e janeiro de 1966” (ALMEIDA, 1998, p.45).

pode ser lançado por um governo que o oprime e o impede de externar suas opiniões é outro aspecto decisivo.

Na tentativa de teorizar como o país tornara-se dinâmico e autônomo, analisa as necessidades em manter relações comerciais com o continente africano, tendo em vista a adoção de uma política a favor da ruptura de dominação impingida pelos países europeus, principalmente a exercida por Portugal. Destaca-se que o sistema de exploração colonial, ao término da segunda guerra mundial, é questionável também pelas instituições liberais¹⁰ que surgem naquele cenário. Esse novo horizonte o levou a expor o quanto a sua posição nacionalista-liberal identificava-se com a política externa independente. Com o fim dos regimes totalitários, não existia mais espaço para a continuidade da dominação portuguesa no continente africano. A situação da região clamava pela adoção de ações que estivessem minimamente comprometidas com todas as discussões a respeito da descolonização e emancipação política do continente africano, o que tem impacto sobre a postura adotada pelo Brasil de afastar-se da política oligárquica de Portugal a partir de 1961.

Com a implementação da PEI, o Brasil passava a dar importância decisiva à relação com o continente africano e com os países de colonização portuguesa. O governo Jânio Quadros colocara em prática suas promessas de campanha no que diz respeito à política exterior, o que levou à abertura de várias frentes¹¹ simultaneamente, não obstante o curto período de sua gestão. Como resultado concreto determinou que se fizesse um reexame da política brasileira para a África. Na ONU o Brasil prometia adotar linha própria de apoio ao anticolonialismo e afastamento da delegação portuguesa nesse aspecto.

Nesse sentido, o governo assumia a posição de romper com o tradicionalismo que imperava na política externa, já que sua organização era pautada por interesses de setores específicos da sociedade, que em sua grande maioria estavam atados aos Estados Unidos pela necessidade comercial. A mudança de foco apontava um caminho inovador, pois representava o enfrentamento dessa peculiaridade tão típica de nossa elite. No entanto, a dificuldade em posicionar-se, principalmente devido aos rumos que os movimentos anticoloniais tomaram na África (no caso específico de Angola e Moçambique), levaram a um impasse: aceitar ou não tais levantes revolucionários socialistas, principalmente com a crescente aproximação da União Soviética do continente africano.¹² Nessa conjuntura, era necessário que o posicionamento do

¹⁰ É o caso da Organização das Nações Unidas – ONU. Criada em 24/10/1945 adota discurso contrário a manutenção das colônias europeias no continente africano (HOBSBAMW, 1995).

¹¹ Entre essas a forte oposição por setores conservadores, principalmente aqueles que identificavam como uma traição à Portugal a aproximação com os países de colonização portuguesa na África.

¹² A respeito do cenário histórico político, afirma Hobsbawm: “Durante várias décadas, a URSS adotou uma visão essencialmente pragmática de sua relação com os movimentos revolucionários, radicais e de libertação do Terceiro Mundo, pois nem pretendia e nem esperava aumentar a região sob governo comunista além da extensão da ocupação soviética no Ocidente, ou da intervenção chinesa no Oriente. Isso não mudou nem

Brasil fosse muito bem pensado e organizado para que não levantasse nenhum tipo de insatisfação interna e externa. Exemplo dessa situação pode ser observado na questão de Angola.

Em Angola, com uma forte ação dos movimentos de libertação capitaneados por Agostinho Neto¹³, o processo de emancipação iniciado em 1961 foi concretizado em 1974 com a Revolução dos Cravos.¹⁴ Segundo Carlos Serrano:

Com a ação do Movimento Popular de Libertação de Angola (FNLA) e a União para a Libertação Total de Angola (UNITA). Tanto a FNLA e UNITA defendiam programas pró-ocidentais, mantendo certo enraizamento étnico. Diante da crescente mobilização dos africanos, as forças de ocupação simplesmente não foi páreo para os movimentos de libertação. Motivados ideologicamente, bem treinados, utilizando armamento adequado e excelentes conhecedores da geografia local, em poucos anos lograram libertar vastos territórios e gerar insegurança permanente nas autoridades locais. Como resultado, no início dos anos de 1970, após de uma década de lutas contra a guerrilha africana, a população e a economia de Portugal davam crescentes sinais de esgotamento, fazendo crescer a oposição ao regime (SERRANO, 2007, p. 262).

Essa manifestação de caráter revolucionário colocou a necessidade de discussão da ONU, em que o Brasil teve que posicionar-se, o que ficou a cargo do Ministro de Relações Exteriores Afonso Arinos de Melo Franco.¹⁵ A postura assumida indicava os históricos laços culturais que nos aproximavam de Portugal e o anticolonialismo. Manifestou-se ainda o desejo por uma solução rápida, que compatibilizasse os interesses de ambos os lados – portugueses e angolanos – e que preservasse, o quanto possível, os elementos culturais e humanos que caracterizavam a presença portuguesa na África. Ainda houve por parte da diplomacia brasileira a indicação de que aguardávamos a aceitação do princípio de autodeterminação por parte de Portugal, exortando-o a assumir a direção do movimento pela liberdade de Angola e pela sua transformação no país independente almejado por suas lideranças. A representação brasileira reiterava os termos da amizade portuguesa e, ao mesmo tempo, apoiava Angola na busca da autodeterminação.

A posição de San Tiago Dantas¹⁶ a respeito da empreitada em questão, expunha uma visão moderada e conciliadora. A meta deveria ser de que o Brasil buscasse vislumbrar a

no período de Krushev (1956-1964), quando várias revoluções autóctones, em que os comunistas não tomaram parte, chegaram ao poder com energia própria, notadamente em Cuba (1959) e Argélia (1962). A descolonização africana também levou ao poder líderes que não pediam nada melhor que o título de anti-imperialistas, socialistas e amigos da União Soviética, sobretudo quando esta levava ajuda técnica e outras não maculadas pelo velho colonialismo. Moscou simpatizava com os novos regimes e ajudou-os, embora logo abandonando o excesso de otimismo sobre os novos estados africanos. No ex-Congo Belga, deu apoio armado ao lado lumumbista contra os clientes ou títeres dos Estados Unidos e dos belgas, na guerra civil que se seguiu à precipitada concessão de independência à vasta colônia (HOBBSAWM, 1995, p. 423).

¹³ Antonio Agostinho Neto (1922 – 1979), foi a principal liderança do Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), e também o primeiro presidente do país. Faleceu em Moscou em decorrência de um câncer no fígado.

¹⁴ José Paulo Netto, afirma que: “Um dos resultados relevantes com a derrubada do fascismo português em 25 de abril de 1974 e a deposição de Marcelo Caetano foi o coroamento do processo de descolonização cujo mérito maior cabe aos movimentos de libertação articulados pelos povos submetidos ao jugo colonial.” (NETTO, 1986, p. 71).

¹⁵ Afonso Arinos de Melo Franco foi o primeiro embaixador do Brasil a visitar o continente africano. Sobre este diplomata, ver: LATTMAN-WELTMAN, 2005.

¹⁶ Ministro das Relações Exteriores durante o período parlamentarista do governo de João Goulart, foi um dos principais teóricos da Política Externa Independente.

determinação dos povos, mesmo que em contexto revolucionário e de total instabilidade. A forte amizade com Portugal impedia uma análise mais crítica da situação, afirmava o chanceler que:

Cumprir notar que o caso de Angola jamais o Brasil olvidou os laços de solidariedade histórica que o unem a Portugal. Pelo contrário, o que tememos, ainda hoje, é que uma posição demasiado rígida comprometa o papel que a cultura portuguesa pode representar na África a longo prazo, e tornar difícil, senão impossível, a transformação dos vínculos atuais em outros de caráter comunitário, cuja preservação seria útil a todos os povos de língua portuguesa e manteria Angola no quadro cultural e político do Ocidente (DANTAS, 2006, p.13).

O que estava em jogo era a tentativa de San Tiago Dantas em protelar a questão. Apesar da ênfase que a Política Externa Independente emprestava ao anticolonialismo, a tradicional amizade com Portugal inibia a chancelaria brasileira na tomada de uma posição mais contundente na questão angolana. Embora a política externa brasileira não tivesse apresentado solução de continuidade após a renúncia de Jânio Quadros, no referente a África, San Tiago Dantas não teria ido além da retórica, embora a reação conservadora vislumbrasse algo mais. A política externa independente teria registrado hesitações e recuos nas relações com Portugal.

O posicionamento do Brasil nessa questão levou José Honório Rodrigues a uma grande decepção. Pois, no seu entendimento, o país adotou medidas que levaram a um retrocesso histórico:

Uma das questões mais graves, discutidas com exaltação na imprensa, era o caso de Angola e a atitude que o Brasil tomaria nas Nações Unidas. Desde as primeiras declarações anticolonialistas do Presidente e do Ministro do Exterior, esperava-se a hora em que elas seriam postas à prova. A oportunidade surgiria quando o Itamaraty tivesse de formular as instruções que orientariam nossa Declaração na Nações Unidas. Mas quando chegou a hora da decisão, começaram as flutuações. Havia um Tratado – o da Comunidade, que determinava, como vimos, a consulta sobre os problemas internacionais de manifesto interesse comum. No caso, de manifesto interesse lusitano, e que comprometia nossas relações com os países do continente africano. (...) Em 30 de março de 1961, depois de uma conferência com o Embaixador Manoel Rocheta, o Itamaraty distribuiu nota oficial declarando que, em relação ao caso de Angola, o presidente entendia que *a orientação do nosso país decorre, de um lado, da firme posição anticolonialista do Governo, e, de outro, dos compromissos internacionais e dos vínculos de natureza especialíssima que unem Brasil e Portugal* (grifo nosso); e que, conseqüentemente, haviam sido expedidas instruções à nossa delegação nas Nações Unidas, no sentido de se abster da votação sobre a matéria (RODRIGUES, 1966, p. 380).

Além disso, afirmava que a marcha ré se materializava antes mesma da chegada de Afonso Arinos a Lisboa “para consultar o governo português”. A viagem a Portugal representou uma das maiores fraquezas e contradições políticas de Jânio Quadros. De volta, “depois de fazer grandes elogios a Salazar” (RODRIGUES, 1966, p. 381), o chanceler declarava que o Brasil se reservava o direito de acompanhar a decisão sobre a situação africana com liberdade, condenava o colonialismo, reafirmava a unidade de ação dos dois governos em outros assuntos que

interessassem à sociedade, e apoiava a autodeterminação dos povos capazes de almejar à independência. Não havia maior imbróglio, já que se insinuava que opinar sobre Angola era intervir nos negócios internos de Portugal e supunha-se que Angola não fosse capaz de aspirar a independência. O recuo estava feito, e apesar das declarações do Ministro que só o Brasil decidiria a respeito de seu posicionamento, a verdade é que houve uma constrangedora abstenção do país na votação da resolução que criava uma comissão para examinar o caso de Angola. Ficava dessa forma evidente a posição hesitante do Brasil em fato de enorme relevância.

Essa ação vexatória se explica, em partes, com os rumos do país com o golpe civil militar de 1964. Quando assume o cargo o Gal Castelo Branco, juntamente com o recém empossado ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha, propuseram o desmantelamento dos princípios que regiam a PEI, tais como o nacionalismo, a base da industrialização brasileira, o ideário da Operação Pan-Americana e a autonomia do Brasil face à divisão bipolar do mundo, e a hegemonia norte-americano sobre a América Latina, além da destruição imediata do embaixador do Brasil nos Estados Unidos e a nomeação de Juracy Magalhães.

A modificação instituída pelo regime ditatorial visava a imprimir novos padrões de conduta no cenário internacional. Para colocar em prática tal intento, a manifestação inicial tinha o objetivo de desarticular a PEI, pois segundo os mentores desse “desmonte”, não havia uma “utilidade descritiva” para a política externa, face ao contexto bipolar mundialmente desencadeado pela Guerra Fria. Outro aspecto a ser combatido pelos representantes do “generalismo presidencial” (RODRIGUES, 1982, p. 159), seria o nacionalismo, pois sua faceta era amplamente prejudicial ao desenvolvimento econômico no Brasil, já que afugentava o capital estrangeiro. Havia uma oposição a estatização, que obstruía os interesses da burguesia ligada ao capital estrangeiro e o desenvolvimento da livre empresa, e à ruptura de laços afetivos e políticos com Portugal e com o Ocidente.

Para um intelectual que procurava agir em causas de cunho político, José Honório Rodrigues considerava que o Brasil havia sofrido uma derrota na possibilidade de tornar-se mais autônomo e atuante, em uma questão que poderia expor o posicionamento do país no cenário internacional. A situação naquele contexto permitia a possível ação pró-independência angolana. O nacionalismo-liberal sofria uma baixa pelo caráter nitidamente ideológico assumida pelo Estado brasileiro. Não abrimos condições para uma ação claramente favorável a liberdade e valorização de interesses amplos da sociedade brasileira, que pleiteava uma maior liberdade na política internacional. A medida adotada nesse episódio colocava em xeque inclusive os argumentos da PEI, naquilo que seus artífices argumentavam como um projeto coerente,

articulado e sistemático, visando a transformar a atuação internacional do Brasil (VIZENTINI, 2008, p. 30).

O papel brasileiro diante da “questão de Angola” tomava rumos que cada vez mais constrangiam o país. Para nos determos nas argumentações de José Honório diante do fato, cabe lembrar que para ele o posicionamento de certas instituições denota o quanto a sociedade brasileira (entendida aqui como setores específicos e aliado a grupos importantes no que diz respeito à influência junto ao poder político) se posiciona a favor da Política Externa Independente. O entreguismo, a que o historiador carioca definia como “política caiada dos militares”, foi duramente criticada, pois no caso das colônias portuguesas na África, não havia sentido de o Brasil manter vínculos com o salazarismo e deixar de cumprir seu papel de civilização identificada com os países africanos. Afastar-se de Angola por causa “da boa relação com Portugal”, para a verve honoriana, representava uma ação anacrônica e totalmente distante das premissas de um Estado austero e politicamente independente. Para ilustrar sua posição, comenta a visita do embaixador brasileiro a Angola:

Se tratava de um homem comprometido, cujas opiniões sobre a conjuntura portuguesa são suspeitas, refletindo fielmente os pontos de vistas oficiais do próprio governo luso. Era, assim, mais um serviço que se prestava à ditadura portuguesa e ao colonialismo lusitano e o Embaixador, ao visitar a “Província”, não viram o drama ensanguentado, mas voltou satisfeito, pois notara os muitos indícios de progresso, representados por estradas excelente e grandes cidades, além de sua bela capital. Apreciou, também, realizações importantes, tanto públicas como particulares de interesse. “Estou em minha pátria. Esta é a mesma alma, este é o mesmo sangue”, acrescentando, para ilustração de historiadores, que o “Brasil, que nós fizemos com portugueses idos de Angola como de todos os quadrantes de Portugal, é ainda hoje, a nação que se honra e orgulha dos princípios de liberdade, autêntica liberdade e igualdade que os portugueses lá souberam implantar”. O estranho e parcial representante brasileiro enviado a Angola apresentou um relatório ao Itamaraty, conservado até hoje em seus arquivos fechado ao conhecimento público pela política do sigilo – uma herança colonial portuguesa (RODRIGUES, 1966, p. 383).

A PEI acabou constituindo um reflexo limpo de toda história que procurava conciliar-se com o povo e atender às mais legítimas aspirações nacionais. Dominada por uma oligarquia que antes dela se servia e dirigida por uma elite alienada em sua formação, a política externa teve, como toda nossa história, as horas de criação autônoma e livre, além de dirigentes que souberam defender com firmeza os interesses do país. Os instantes de sucesso não são somente raros, porém restritos a iniciativas pontuais de aproximação e diálogo com os setores subalternos. Para José Honório, as condições postas pela elite dirigente do país concretizam um projeto anti-povo e pouco disposto a melhorar a situação dos setores subalternos. O questionamento imediato que se coloca é de como a política externa poderia ser decisiva na melhoria das condições de vida dos setores excluídos da população brasileira. A explicação honoriana versa a respeito de um povo, que se encontra escamoteado em suas mais imediatas necessidades, uma massa que sofre com o

líder dissimulado. O autor de “Brasil e África – um outro horizonte”, explica como a libertação do povo e a atendimento de suas reivindicações depende de um país autônomo no cenário mundial, o autor argumenta que:

Os males da nossa história advêm da oligarquia, das minorias dominadoras que querem evitar a opção pelo progresso, a libertação do povo e da nação de todas as servidões. Ela quer impedir o fim de seus privilégios e o começo imediato da História como nossa realidade e vivem no mundo europeu, ao euro-americanos sob padrões alienígenas; jamais reconhecem. (...) Porque suspiram pela Europa – e amam todos os poderes maiores – aspiram as nossas minorias a manter o status quo, evitando a reforma e a sua urgência. (...) Incapazes de distinguir com clareza os interesses nacionais permanentes, buscando nas fórmulas jurídicas as soluções imediatas e transitórias, persistem em coexistir, no temor e no erro, com o povo. Nossa história, de evolução muito lenta até recentemente, se compõe de pequenos sucessos, fruto mais da paciência, da persistência, do otimismo, do estoicismo do povo, que do jeito ou habilidades da minoria dominante. Ela encontra no compromisso político um jeito de ludibriar o povo, que do jeito ou habilidades da minoria dominante. Esta encontra no compromisso político um meio de ludibriar o povo e desviar o processo histórico do caminho do progresso e da justiça social (RODRIGUES, 1961, p.193).

A PEI propunha uma política de afastamento dos norte-americanos, a aproximação com os países socialistas, exemplificado com os laços com a China, além de seu posicionamento de diálogo e aproximação com o continente africano. Com o golpe civil militar voltávamos na condição de alinhamento automático, sem qualquer poder de barganha, tal postura era inaceitável. O ministro das relações exteriores do Gal. Castelo Branco, expõe a seguinte opinião a respeito da PEI:

Alguns analistas consideram que a política externa independente era influenciada por ideologias que não levaram em conta o interesse do país. Ou seja: foi danosa aos interesses do Brasil. O que o senhor acha? – *Até certo ponto é certo. Acho que não podemos fazer as coisas irresponsavelmente: temos governo de direita fazendo uma política externa de esquerda, de maneira que fica confuso. O ministro do Exterior tem que tomar cuidado. E essa política contínua até hoje a não dar resultados. Estamos com um problema financeiro de tal magnitude que imagino possível a queda da situação num impasse que pode levar a uma guerra civil. O risco é mais interno que externo (grifo nosso).* (CUNHA, 2003, p.231).

O nacionalismo liberal mais uma vez sofre um golpe, não acelerar o processo de mudança, essa entendida para identificar e respaldar a melhor política externa que contemple os interesses da população, pois a procura de autonomia no cenário mundial é drasticamente abortada pelo golpe aplicado pelos setores conservadores tanto civil como militar. A possibilidade de criação dos mecanismos institucionais que poderiam tomar o Brasil um agente de respeito no contexto das relações internacionais, perde espaço para o histórico processo de “alinhamento com os norte-americanos” o que impossibilita qualquer relação que não seguisse os desígnios de Washington. Além do mais, o campo que favorece a *práxis* honoriana, as discussões

a respeito de política externa, nem sua meticulosa análise do processo político e a tentativa de chamar a atenção com textos contundentes, foram capazes de ampliar o efeito da PEI.

Entender a organização política no Brasil, entre outros atributos, exige do pesquisador um entendimento que as ações das lideranças do Estado não conseguem, num movimento histórico de longa duração, romper com os “resquícios de uma sociedade colonial” (RODRIGUES, 1965, p.12). Esse aspecto caracteriza, ao nosso entendimento, o caráter conciliador representado por uma sociedade que sempre “se vê atada ao passado”. Na tradição honoriana os momentos que abriram espaço para uma melhora dinâmica da sociedade brasileira, estavam relacionados a projetos reformistas. Tal reformismo, em sua gradual mudança na sociedade, visava contar com lideranças que modificariam a forma de controle político do Estado.¹⁷

O desenvolvimento da sociedade necessitaria de um projeto que estivesse de acordo com os princípios do liberalismo, ou seja, que a democracia correspondesse ao elo básico entre a Nação e o Estado, consolidando benefícios que deveriam ser “socialmente aplicáveis”. Nesse caso, a defesa da conciliação brasileira remete à tentativa de viabilizar uma prática política que se assemelha ao “americanismo”, no sentido de vislumbrar que este mantenha seu caráter conciliador pelo alto, e vise a modernização do Estado e a criação de instituições, mesmo que liberais, legítimas e democráticas. Na condução desse processo, ainda que controlado pela elite, um conciliador que, identificado com o povo, atenderia os interesses dos setores subalternos, o que foi colocado em prática só reforça o distanciamento dos princípios liberais mais integradores.

Em “Conciliação e reforma política no Brasil”, José Honório, explica:

As alternativas na composição dominante da liderança cruenta correspondem também aos períodos de história cruenta e incruenta, estimulados ou abatidos pelas condições econômicas ou sociais. No processo histórico não só se alternam as lideranças, quer as governamentais, quer as oposicionistas, quer as oficiais, quer as populares, conciliáveis ou inconciliáveis, como surgem os líderes ambivalentes que, como Caramuru, José Bonifácio, Getúlio Vargas, variam de acordo com as condições reais e objetivas. Mas o principal obstáculo à real conciliação do Povo com a liderança, da coexistência pacífica e normal com o Povo com o Poder, foi sempre a desvinculação da liderança com a realidade nacional e o dissídio entre o Poder e a Sociedade. Ambos começaram cedo (RODRIGUES, 1965, p. 101).

Quando Marx, em suas famosas teses contra Feuerbach, expõe a característica da *práxis*, no sentido de um entendimento da realidade e a procura de elementos que a tornem factível socialmente, a sua realização deve ser pela via revolucionária, com Honório temos a tentativa de criar uma possibilidade “reformada” que atenda ao povo. Durante o governo militar houve a

¹⁷ Para Luiz Werneck Vianna: “Tal Estado está posto, diante de uma sociedade civil em posição de radical autonomia, embora inexistia a intenção de fazer da política um recurso de alavancagem ou de favorecimento da modernização econômica, como atesta a má sorte dos empreendimentos de notáveis homens de negócios, como o Barão de Mauá, e dos intelectuais de adesão americana que buscavam fazer da empresa econômica um lugar de transformação do mundo” (VIANNA, 2004, p. 45).

necessidade de intervenção, a consciência social prática para tal era o nacionalismo, esse interpretado através de lentes de um liberalismo democrático que deveria encontrar lideranças que colocassem em ação um projeto reformista. No campo das relações exteriores, o processo teve início, a Política Externa Independente sinalizava nesse sentido, o desfecho foi trágico.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Paulo Roberto. Revista Brasileira de Política Internacional: quatro décadas ao serviço da inserção internacional do Brasil. **Revista brasileira de Política Internacional**. Número especial comemorativo aos 40 anos da revista, p. 42-65, 1998.

ALVES JÚNIOR, Paulo. **Um intelectual na trincheira: José Honório Rodrigues, intérprete do Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UNESP, Araraquara, 2010.

CUNHA, Vasco Leita da. **Diplomacia em alto mar (depoimento CPDOC)**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre Gusmão/Editora FGV, 2003.

CROCE, Benedetto. **Materialismo histórico e economia marxista**. São Paulo: Centauro, 2007

DANTAS, San Tiago. “Política externa independente”. In: MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline e FREIXO, Adriano de. **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. Rio de Janeiro: PUC-RIO/Contraponto, 2006

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **A política doméstica: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MELLO, José Octávio de; RODRIGUES, Leda Boechat. **Um historiador na trincheira**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1994.

NETTO, J. P. **Portugal – do fascismo à revolução**, Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1986.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebel. Política africana no Brasil: mudança entre Lula e Dilma? **Revista conjuntura austral**. V.6, nº 29, p. 33 - 47, 2015.

RODRIGUES, J. H. **Brasil e África: outro horizonte**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1961.

RODRIGUES, J. H. **Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

RODRIGUES, J. H. **Interesse nacional e política externa**, RJ: Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGUES, J. H. **Teoria da história do Brasil: introdução metodológica**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1978, 3ª edição.

SERRANO, Carlos. **Memória D' África**. São Paulo: Cortez, 2007.

TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: fábrica de ideologias**, São Paulo: Ática, 1977.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: REVAN, 2004, 3ª edição.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008, 3ª edição.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)**. Petrópolis/RJ: VOZES, 1995.